



PREFEITURA DE MARABÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

JUSTIFICATIVA

Trata os presentes autos de procedimento que tem por objeto registro de preços para eventual aquisição de Gás liquefeito de petróleo em botijão de 13kg e 45kg (Recarga), visando atender Fundo Municipal de Saúde de Marabá.

Gás liquefeito de petróleo tem por objetivo atender o Hospital Municipal de Marabá, Hospital Materno Infantil e Unidade Básicas de Saúde, Média e Alta Complexibilidade setor de processamento de alimentos destinados ao atendimento da Nutrição dos Hospitais, cozinhas e copas das Unidades vinculadas ao FMS de Marabá.

As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei.

O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:

(...)

“XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da



PREFEITURA DE MARABÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

Para regulamentar o exercício dessa atividade foi então criada a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, mais conhecida como Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é regra.

Marabá - PA, 27 de Agosto de 2020.

Valmir Silva Moura
Secretário Municipal de Saúde